

## REAÇÃO CONSERVADORA OU MUDANÇA DE VALORES? Tolerância política a homossexuais e a religiosidade na América Latina<sup>1</sup>

## CONSERVATIVE REACTION OR CHANGE OF VALUES? political tolerance to homosexuals and religiosity in Latin America

Dra. Naiara Sandi de Almeida Alcantara <sup>2</sup>  
Dr. Ednaldo Ap. Ribeiro <sup>3</sup>

**Resumo:** *Esse trabalho é fruto de uma tese de doutoramento, cujo objetivo foi investigar em que medida o crescente reconhecimento de direitos civis de homossexuais por governos nacionais tem afetado as atitudes de grupos mais fortemente religiosos. Partimos da H<sub>1</sub> de que mudanças conjunturais, como o aumento de direitos aos homossexuais, têm gerado uma contraofensiva por parte dos grupos religiosos na forma de atitudes mais intolerantes a essa minoria sexual. A metodologia utilizada foi a quantitativa, por meio de modelos multiníveis de regressão linear com dados provenientes de dezoito países latino-americanos. O material empírico foi fornecido pelo LAPOP. Os resultados demonstram a inserção de medidas prévias de cultura política fizeram com que a medida anterior – a qual mensurava as mudanças na legislação - deixasse de ser significativa. Essas medidas igualmente se mostraram importantes preditoras para explicar tanto os níveis de tolerância política aos homossexuais na América Latina, quanto o estabelecimento de garantias legais dos direitos dessa minoria e seus efeitos sobre o impacto negativo da religião.*

**Palavras-Chave:** *Tolerância Política. Religião. Homossexualidade.*

**Abstract:** *This paper is the result of a doctoral thesis, whose objective was to investigate to what extent the increasing recognition of civil rights of homosexuals by national governments has affected the attitudes of more strongly religious groups. We started from H<sub>1</sub> that conjunctural changes, such as increased rights for homosexuals, have generated a counteroffensive by religious groups in the form of more intolerant attitudes toward this sexual*

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 5- Cultura Política, Comportamento e Opinião Pública da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, pós-doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará, e-mail: nayara\_sandy@hotmail.com.

<sup>3</sup> Professor efetivo pelo departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá e professor colaborador do departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, e-mail.

*minority. The methodology used was quantitative, through multilevel linear regression models with data from eighteen Latin American countries. Empirical material was provided by LAPOP. The results show that the insertion of prior measures of political culture made the prior measure of changes in legislation less significant. These measures also proved to be important predictors of both the levels of political tolerance of homosexuals in Latin America, the establishment of legal guarantees of the rights of this minority, and their effects on the negative impact of religion.*

**Keywords:** Political Tolerance. Religion. Homosexuality.

## 1. INTRODUÇÃO

Norris e Inglehart (2019) testaram a cultural backlash theory nos EUA e apresentaram evidências de uma reação de cunho conservador em relação as mudanças valorativas, cuja direção pode ser considerada pós-materialistas. Neste artigo apresentamos os resultados de um esforço de aplicação dessa teoria no contexto latino-americano.

Pesquisadores, como Gibson (2006), ao discutirem sobre os enigmas da tolerância, demonstram que o sentimento de ameaça tende a elevar atitudes de intolerância política e estaria relacionado à ideia de que determinado grupo ou comportamento pode ameaçar seu estilo de vida, segurança econômica e costumes. Relacionando esse sentimento de ameaça e a elevação da intolerância com a literatura que discute religião vê-se que as denominações religiosas como fortes preditoras de intolerância aos homossexuais, com diferenças entre as denominações.

No trabalho seminal de Stouffer (1955) e similarmente em revisões posteriores (NUNN; CROCKETT; WILLIAMS, 1978; SULLIVAN; PIERESON; MARCUS, 1992), a religião aparece como um obstáculo ao desenvolvimento de atitudes favoráveis às liberdades civis e direitos políticos, que estariam associadas a um público secularizado. Investigações voltadas especificamente a esse condicionante identificaram efeitos com intensidades distintas entre denominações, refletindo variações teológicas. Para além da denominação, pesquisas têm apresentado evidências de que a intensidade da religiosidade e o grau de envolvimento com as atividades religiosas reduzem os indicadores de tolerância política (JELEN; WILCOX; SMIDT, 1990).

O conjunto desses estudos, com suas diferentes formas de mensuração do fenômeno religioso, consolidaram a visão de que existem três dimensões distintas da religião na sua relação com a tolerância política, chamadas de três Bs - behavior, belonging e beliefs (ou comportamento, pertencimento e crenças). Apesar de distintas, prevalece, na literatura, o entendimento de que essas dimensões estão articuladas entre si.

Os efeitos da religiosidade sobre atitudes de tolerância, todavia, precisam ser qualificados pela consideração dos alvos específicos, como no caso dos homossexuais. Pesquisas têm demonstrado que, baseados em uma interpretação das relações entre pessoas do mesmo sexo como pecaminosas, alguns grupos tendem a ser politicamente menos tolerantes aos homossexuais (BURDETTE; ELLISON; HILL, 2005a).

Nosso objetivo é investigar em que medida o crescente reconhecimento de direitos civis por governos nacionais tem afetado as atitudes de grupos mais fortemente religiosos. Nos interessa responder a seguinte pergunta: a regulamentação de direitos civis aos homossexuais tem gerado contraofensiva religiosa por meio do acirramento de atitudes de intolerância política em relação a essa minoria na América Latina?

O trabalho possui como objetivos secundários: i) conectar a discussão recente sobre reação conservadora a uma já bastante consolidada linha de investigações sobre os condicionantes da tolerância política, na qual a religião aparece como um fator fundamental e ii) identificar a relação de causalidade entre as mudanças nas legislações em relação aos homossexuais, e a opinião pública.

Metodologicamente, optamos por uma abordagem quantitativa, utilizando modelos multiníveis de regressão linear com dados provenientes de dezoito países latino-americanos. O material empírico foi fornecido pelo Latin American Public Opinion Project (LAPOP), e nos permitiu investigar a relação entre religiosidade e tolerância política contemplando essas diferentes dimensões, combinadas com informações sobre o marco legal dos direitos civis de homossexuais.

Na primeira etapa da análise encontramos evidências que confirmam a relevância da religião sobre as atitudes de tolerância política, mas contrariando a expectativa inicial derivada da cultural backlash theory, identificamos que nesses contextos liberalizantes o impacto negativo da religiosidade tende a ser minimizado. Buscando explicar esses resultados incorporamos na análise a dimensão temporal, através da adição de medidas prévias de valores, com o objetivo de verificar se as mudanças liberalizantes teriam sido derivadas de um processo anterior de alterações na cultura política em diferentes países, ou seja, se seriam manifestações legais do reconhecimento de liberdades individuais (WELZEL, 2013).

A base dessa relação pode estar no longo processo de mudanças nos valores, que explicariam tanto a mudança na legislação como a atenuação da intolerância política dos religiosos em relação aos homossexuais. Essas medidas prévias de cultura dos países, não apenas se mostraram relevantes, como igualmente anularam os efeitos da medida que discriminava os países em termos das garantias legais.

A pesquisa que foi iniciada com uma hipótese que poderia ser classificada como “institucionalista”, já que derivava da reação valorativa das mudanças legais, termina por concluir que é o processo longo e gradual de mudança cultural que apresenta maior relevância na explicação da tolerância a esse grupo específico. A hipótese “culturalista”, portanto, aparece como forte candidata a explicar tanto os níveis de tolerância política aos homossexuais na região analisada, quanto o estabelecimento de garantias legais dos direitos dessa minoria e o efeito dessas garantias sobre o impacto negativo da religião.

Para cumprir os objetivos supramencionados o artigo foi iniciado com uma introdução sobre o assunto, seguido pela seção sobre tolerância política, religião e homossexualidade, discorrendo sobre os aspectos mais predominantes no tema. Partindo das pesquisas desenvolvidas nos EUA, até a introdução dos países da América Latina. Na sequência é apresentada a metodologia, seguida pelos resultados e considerações finais.

## 2. TOLERÂNCIA POLÍTICA, RELIGIÃO E HOMOSSEXUALIDADE

Em termos conceituais, a tolerância está associada à disposição para permitir que outros exerçam atividades políticas, especialmente aquelas que são consideradas legítimas e legais. Também é definida como aceitação ou compreensão da legitimidade da existência de grupos discordantes em relação a diferentes aspectos, como raça, religião e ideologia. Além disso, igualmente pode ser entendida como a ausência de intolerância, portanto, o indivíduo tolerante é capaz de restringir seus desejos de reprimir seus adversários políticos (STOUFFER, 1955).

A relação entre religião e tolerância política está sendo testada desde o estudo seminal desenvolvido por Stouffer (1955), que discutiu a relevância da frequência a cerimônias religiosas, e por pesquisas realizadas na sequência, como Bobo e Licari (1989), Jelen et. al. (1990), Sullivan, Pierson e Marcus (1982).

Determinados grupos religiosos fomentam atitudes relativamente intolerantes, por isso, é improvável que tolerem atitudes, comportamentos ou posições ideológicas que sejam radicalmente contrárias as suas. Ainda assim, é improvável que todos os grupos religiosos compartilhem os mesmos níveis de intolerância (WALD, 1987). Além das diferenças denominacionais, outras pesquisas, como Leege et al. (1996) e Steensland et al., (2000) estudaram as diferenças no campo das crenças a partir da diferenciação comportada pelos 3 B's, termo utilizado para definir a análise do pertencimento (belonging), das crenças (believing) e do comportamento religioso (behaving).

Em 1986 Gibson e Tedin já demonstravam que a tolerância política depende de certos requisitos individuais, como nível de educação e grau de dogmatismo psicológico, que interferem diretamente na percepção acerca da homossexualidade e do suporte das normas democráticas, especialmente as voltadas à criação de novos direitos. No mesmo período (1985) cerca de três quartos da população americana demonstravam acreditar que a homossexualidade era sempre errada. Segundo os autores, ao longo da história é perceptível que a antipatia a grupos minoritários tende a desembocar em políticas de intolerância e repressão (GIBSON; TEDIN, 1986; SULLIVAN et al. 1982).



Um dos fortes condicionantes da Intolerância, segundo Burdette et al. (2005), é o sentimento de ameaça. Os intolerantes podem sentir-se ameaçados pelos homossexuais, não somente porque esse grupo está participando mais ativamente da sociedade e adquirindo direitos. Pode haver uma questão psicológica envolvendo a crença da contaminação social que modificará a moral cristã, heterossexual consolidada. Portanto, uma saída lógica para impedir essa modificação das normas é restringir a liberdade civil dos grupos com os quais não se concorda.

Os protestantes conservadores relatam níveis significativamente mais baixos de tolerância se comparado com qualquer outra denominação religiosa ou aqueles sem filiação denominacional. Ademais religiosos que leem a bíblia de maneira literal tendem a tolerar cerca de 70% menos os homossexuais "[...]conservative Protestants are more comfortable than other Americans with denying gays and lesbians even basic civil liberties such as freedom of speech.". Isto é, a religião não somente está imbricada no ato de tolerar, como varia significativamente, a depender da denominação religiosa (BURDETTE; ELLISON; HILL, 2005, p. 192).

Partindo para as pesquisas na América Latina e Caribe, Seligson, Morales e Russo (2019) demonstraram que gerar culturas políticas mais tolerantes tende a ser mais difícil em países mais pobres, pois segundo os autores "[...] national wealth seems to have a catalytic effect of education on tolerance [...]" (p.252) em relação aos homossexuais. Todavia uma saída que pode auxiliar os países em desenvolvimento é o maior investimento em sistema educacional (SELIGSON; MORALES; RUSSO, 2019).

Além disso, os direitos voltados aos homossexuais passam por dificuldades para serem internacionalizados. Como não se trata de direitos universais, é necessário que se criem políticas a grupos específicos, que geralmente contam com forte oposição. Patalakh (2018) acredita que nos EUA e na UE os gays e lésbicas possuem mais facilidade para a aquisição de direitos, porque são países com democracias mais antigas e mais bem consolidadas, que valorizam os direitos humanos.

A vista do que está sendo discutido pela literatura, faz-se importante testar a teoria da *cultural backlash* na América Latina, afinal a literatura da qual partem Norris

e Inglehart, há décadas está testando a tolerância em relação aos homossexuais, especialmente nos espaços religiosos na América do Norte. Para os países latino americanos as mesmas hipóteses se aplicam, mas ainda não foram submetidas a testes.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a quantitativa, através de modelos de regressão linear multiníveis, com material fornecido pelo projeto Barômetro das Américas (BA), produzido pelo *Latin American Public Project* (LAPOP)<sup>4</sup>. Os dados são referentes a rodada de 2018/2019 pois trata-se do último ano que possui as variáveis de interesse.

Foram analisados todos os países da América Latina, com exceção de Cuba que não é pesquisada pelo LAPOP e da Colômbia por não possuí em seu questionário a variáveis dependente. Portanto, a amostra se organizou da seguinte forma (TAB1):

Tabela 1- Tamanho da amostra do Lapop por país - 2018/2019<sup>5</sup>

	Código e País	Amostra
1	17. Argentina	1528
2	10. Bolívia	1682
3	15. Brasil	1498
4	13. Chile	1638
5	06. Costa Rica	1501
6	09. Ecuador	1533
7	03. El Salvador	1511
8	02. Guatemala	1596
9	22. Haiti	2221
10	04. Honduras	1560
11	01. México	1568
12	05. Nicarágua	1547
13	07. Panamá	1559
14	12. Paraguai	1515
15	11. Peru	1521
16	21. República Dominicana	1516
17	14. Uruguai	1581
18	16. Venezuela	1558
	TOTAL	28633

<sup>4</sup> Para mais informações acessar: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/>

<sup>5</sup> Na coluna 2 temos o nome do país e seu código, dessa forma o leitor que quiser replicar a pesquisa poderá selecionar os países por seus códigos, através do banco completo, isto é, com todos os países.

Fonte: Autora, a partir do LAPOP, 2018/19

Para analisar o nível contextual construímos uma base de dados que depois foi mesclada a base de opinião pública do LAPOP. Esse banco foi composto por: i) Uma variável nomeada como Tolerância Nacional aos Homossexuais (TNaH). Sua escala é qualitativa e varia de 0 a 2, em que 0 significa não ter direito ao casamento e nem a adoção de criança, 1 significa direito ao casamento e 2 a adoção de crianças por casais do mesmo sexo<sup>6</sup>. ii) A segunda variável foi extraída do Banco de Dados do World Atlas - Statistics by contry<sup>7</sup>. Coletamos os dados mais recentes de cada país relacionados a economia e consideramos a taxa de desemprego para utilizar como uma proxy da situação econômica (TAB2).

Tabela 2- medidas de análise do desemprego e da TNAH por país

Códigos/Países	Desemprego (%)	TNaH
17. Argentina	8	2
10. Bolívia	4	0
15. Brasil	13	2
13. Chile	7	0
06. Costa Rica	8	0
03. El Salvador	7	0
09. Equador	5	0
02. Guatemala	2	0
22. Haiti	41	0
04. Honduras	6	0
01. México	3	1
05. Nicarágua	6	0
07. Panamá	6	0
12. Paraguai	6	0
11. Peru	5	0
21. República Dominicana	23	0
14. Uruguai	8	2
16. Venezuela	27	0

Fonte: Autora, a partir dos dados do ILGA e do Actualitix, 2020

<sup>6</sup> A construção dessa medida se deu a partir da observação das legislações de cada país coletadas e organizadas pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos (ILGA World) <https://ilga.org/>, trata-se de uma organização não governamental que pesquisa e disponibiliza dados relacionados as minorias descritas em 150 países engajados com questões homossexuais, como direitos civis.

<sup>7</sup> Trata-se de um compilado mundial com estatísticas sobre os mais diferentes temas, como saúde, educação e meio ambiente. Esses conteúdos podem ser acessados de maneira agregada por continente, ou da maneira como fizemos, por país: <https://pt.actualitix.com/>



A fim de analisar a cultura política e sua influência nos modelos, criamos outras duas variáveis. Através da literatura identificamos a possibilidade de utilizar a média nacional da própria variável dependente (TolerHomo), transposta para o nível dois como variável independente e retrocedendo para o ano de 2008/2009, renomeada como MedToler (TAB3).

A segunda, trata-se de uma releitura do Índice de Valores Emancipatórios (IVE) a partir da junção de 5 variáveis presentes no LAPOP, no ano de 2012<sup>8</sup>. Posteriormente, o índice que foi codificado na base como IVE2012<sup>9</sup>, cuja escala varia de 1 a 10, conforme tabela 3<sup>10</sup>.

Tabela 3- Média geral da variável dependente Tolerância política por país (TolerHomo), renomeada como MedToler, 2008 e 2009. Índice de Valores Emancipatórios, 2012

Países	Medida de Tolerância	IVE2012
Argentina	7.29	6.7
Bolívia	4,25	5.4
Brasil	5,77	6.5
Chile	5,49	6.0
Costa Rica	5,09	5.4
El Salvador	3,51	4.7
Equador	4,32	5.1
Guatemala	3,53	5.6
Haiti	2,27	5.3
Honduras	4,15	4.7
México	5,17	5.9
Nicarágua	4,45	5.3
Panamá	4,74	5.6

<sup>8</sup> Essa foi a primeira rodada em que encontramos as cinco variáveis. Em outras bases de dados, como o WVS encontramos essa medida já pronta, todavia a maioria dos países que utilizamos não estava presente. Variáveis utilizadas: A primeira é originalmente codificada como VB50 e apresenta o seguinte enunciado: Alguns dizem que, em geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres. Você concorda totalmente, concorda, discorda ou discorda totalmente? A segunda medida, com código vb52, foi redigida assim: E se cabe a um político a uma política administrar a economia nacional, quem fará o melhor trabalho; um homem, uma mulher ou não importa? A variável D6 é a terceira medida utilizada com o seguinte enunciado: Quão fortemente você aprova ou desaprova que casais do mesmo sexo possam ter o direito de se casar? A penúltima variável é a W14A, com a redação: Você acha que a interrupção da gravidez, ou seja, um aborto, seria justificada quando a saúde da mãe está em perigo? Por fim, a última medida combinada é a D4, que apresenta pergunta: Quão fortemente você aprova ou desaprova essas pessoas indo à televisão para fazer um discurso?

<sup>9</sup> Dividimos pelo valor máximo e multiplicamos por dez para que a escala passasse a variar entre 1 e 10.

<sup>10</sup> O script para criação do índice pode ser verificado [AQUI](#)

Paraguai	3,57	5.2
Peru	4,25	5.3
República Dominicana	3,27	5.0
Uruguai	6,94	7.2
Venezuela	4,44	5.4

Fonte: Lapop, 2008/09

Nossa amostra foi composta por 28.645 observações, sendo que esse N foi suficiente para aplicação da modelagem multinível e obtenção de resultados significativamente estatísticos. Lembrando que o banco completo foi formado pela junção do banco de nível 1 (micro), constituído por N = 28.633 indivíduos entrevistados e pelo banco de nível 2 (macro) constituído por N = 18 países.

#### 4. RESULTADOS

Como o objetivo primordial da análise é interagir fatores individuais e contextuais, antes de dar início a apresentação dos modelos, tratamos de verificar em que medida esses diferentes níveis/contextos políticos são relevantes. Para isso, utilizamos o teste de modelos nulos (anova)<sup>11</sup>. Os resultados são apresentados na tabela 4, e indicam primeiramente que a variação da tolerância política entre os países é de 2,14, o que não é desprezível se considerarmos a média geral de 5,3. Quando calculamos o Coeficiente de Correlação Intraclasse (ICC), identificamos que 17,9% da variabilidade da tolerância se deve a fatores localizados no nível dos países. Apesar de não existir um padrão universal para avaliar a pertinência da modelagem hierárquica, em se tratando de estudo sobre atitude políticas, esses percentuais justificam considerar fatores nacionais em nosso estudo sobre tolerância política.

Tabela 4- Modelo ANOVA para Tolerância Política,  
América Latina 2018/19

Variação de tolerância política entre os países		
	Variância	Desvio Padrão
(Intercept) $\tau_{00}$	2.142135	1.463603

<sup>11</sup> São modelos de médias não condicionadas, não possuem preditores, mas incluem um termo aleatório de variância do intercepto para os países, no caso. Dessa forma, estima a magnitude da variância nas médias da variável dependente em relação à variância total. Na prática são modelos tipo Anova em que a variável dependente é entendida como uma função do pertencimento do grupo.

Residual  $\sigma^2$  9.819581 3.133621  
ICC ( $\tau_{00}/(\tau_{00} + \sigma^2)$ ) 0.1790826 (17,9%)

Fonte: Autora, a partir do LAPOP 2018/2019

Dentre os rendimentos da modelagem multinível está a possibilidade de investigar se existem variações entre os países na inclinação que descreve o relacionamento entre as variáveis individuais e a medida dependente. Essa possibilidade viabiliza a resposta do questionamento central desse artigo: a liberalização ou reconhecimento dos direitos de homossexuais gera uma reação conservadora de grupos religiosos, que pode ser caracterizada por atitudes de intolerância política a essa minoria?

Para responder a essa pergunta, precisamos especificar um modelo em que essa inclinação possa variar aleatoriamente entre as unidades nacionais, configurando assim, um teste de hipótese que poderá justificar a pertinência das interações *cross-level* (individual e nacional) em etapa posterior da análise. Rodamos três testes (Anova), um para cada variável de religiosidade e os comparamos com equivalentes sem randomização.

Os valores dos AIC apresentados na tabela 6 indicam que os modelos com randomização são melhores, o que também é confirmado pelo teste de razão de probabilidade (-2LL), que retornou p-valores suficientes para a rejeição da hipótese nula em condições bastante rigorosas. Portanto, há variação estatisticamente significativa nos efeitos da denominação, intensidade e ativismo entre os países.

Tabela 6- Ajustes de modelo com efeitos fixos e aleatórios utilizando a variável denominação religiosa, o ativismo e a intensidade religiosa, respectivamente

	Df	AIC	LogLik	Razão de probabilidade	P
<b>Modelo sem inclinações randômicas de preditores individuais</b>					
Denominação religiosa	13	108135,6	-54054,79		
Ativismo religioso	13	108135,6	-54054,79		
Intensidade religiosa	13	108135,6	-54054,79		
<b>Modelo com inclinação randômica da variável denominação</b>					
Denominação religiosa	22	108116,4	-54036,20	37,17739	0,000
Ativismo religioso	15	108109,7	-54039,84	29.89982	0,000
Intensidade religiosa	15	108128,9	-54049,44	10.68332	0,004

Fonte: Autora, a partir do LAPOP 2018/2019

Ao confirmarmos esse efeito diferente entre os países, especificamos um último modelo com a adição de uma variável que combina denominação religiosa e a Tolerância Nacional aos Homossexuais (TNaH), configurando um exercício de interação *cross-level*.

Os resultados apresentados na tabela 7 demonstram que, nesse modelo, as três novas medidas criadas possuem valores diferentes daqueles apresentados em modelos anteriores pelas variáveis religiosas isoladas, porque as interações são estatisticamente significativas e positivas. Esse resultado refuta nossa hipótese inicial, afinal demonstra que em contextos com mais direitos para os homossexuais, os religiosos de todas as denominações, tendem a ser mais tolerantes. Todavia, existem variações entre as religiões, os menos influenciáveis pelo contexto são os evangélicos e os mais influenciáveis são os pertencentes a outras religiões. Os efeitos das interações são fortes: 1,17; 1,04; 0,94 e 1,47. Lembrando que a multiplicação das duas medidas numéricas resulta em uma escala mais ampla, tornando o impacto ainda mais expressivo.

Tabela 7- Modelos com interações para a Tolerância Política aos Homossexuais e Denominação religiosa

<i>Predictors</i>	<b>TolerHomo</b> <i>Estimates</i>
(Intercept)	4.50 ***
Católicos	0.25 **
Evangélicos	-0.74 ***
Outras denominações	-0.48 ***
Ativismo Rel.	-0.21 ***
Intensidade Rel.	-0.28 ***
Democracia	0.20 ***
Confiança Interp.	0.24 ***
Ed. Sup.	0.97 ***
Idade	-0.02 ***
Sexo	0.52 ***
Desemprego	-0.04 *
Ateus/agnósticos * TNaH	1.17 ***
Católicos * TNaH	1.04 ***
Evangélicos * TNaH	0.94 ***
Outras denom.* TNaH	1.47 ***
<b>Random Effects</b>	
$\sigma^2$	8.81
T00 pais	0.70

ICC	0.07
N <sub>país</sub>	18
Observations	21531
Marginal R <sup>2</sup> / Conditional R <sup>2</sup>	0.171 / 0.231
Variância	
Intercept	0,8389119
Residual	2,968618
AIC	108131
BIC	108774,6

Fonte: Autora, a partir do LAPOP 2018/2019

\* p<0.05 \*\* p<0.01 \*\*\* p<0.001

Ao longo dos anos a denominação católica está apresentando diminuição da intolerância. Isto posto, pesquisadores como Navarro et al. (2019), partem da hipótese de que a filiação ao catolicismo poderia ocasionar aumento da tolerância, conforme mostramos na revisão de literatura. Todavia, essa hipótese foi refutada, afinal tanto essa, quanto outras pesquisas como Eisenstein et al. (2017), demonstram que apesar de existirem diferenças entre o impacto das denominações, o catolicismo está figurando como menos intolerante que o protestantismo. Contudo, os católicos ainda tendem a ser mais intolerantes aos homossexuais do que tolerantes se comparado com os ateus e outras religiões.

Ao refutar a hipótese inicial (H<sub>1</sub>), demonstrando que a regulamentação de direitos civis aos homossexuais não tem gerado contraofensiva religiosa, mas o contrário<sup>12</sup>, surgem duas candidatas à hipótese alternativa (H<sub>2</sub>): a) contextos mais libertários, com mais regulamentações em relação a minoria estudada, causam maior tolerância social, inclusive entre os grupos mais conservadores? B) Ou é a sociedade que muda culturalmente e tensiona seus legisladores e operadores do direito em direção a mudanças favoráveis às minorias sexuais?

Para opor essas alternativas retrocedemos a "imagem" da cultura política dos países envolvidos na análise para o período mais distante possível. O objetivo foi identificar se medidas prévias da cultura política nacional, principalmente ligadas ao que Inglehart & Welzel<sup>13</sup> batizaram de "valores emancipatórios", seriam melhores

<sup>12</sup> Países com maior regulamentação possuem indivíduos mais tolerantes, mesmo os grupos mais conservadores mostram-se mais tolerantes.

<sup>13</sup> Inglehart e Welzel (2005) identificam, pelo menos, três abordagens distintas para a análise da cultura política, primeiro, tem-se uma corrente que enfatiza o tema da legitimidade ou do suporte à



candidatas à preditoras da tolerância política do que o reconhecimento legal dos direitos mais recente, mensurado pela TNaH.

O caminho analítico que percorremos corresponde à divisão das pesquisas em cultura política em três grandes grupos, conforme proposto por Inglehart e Welzel (2005). Portanto, partimos do conjunto de variáveis enfatizadas pela chamada "perspectiva da legalidade". Essa abordagem entende que todos os sistemas políticos, especialmente as democracias, exigem legitimidade entre as massas. A confiança nas instituições e o apoio às organizações democráticas serão variáveis fundamentais para explicar o processo de implantação e consolidação desses sistemas (MISHLER & ROSE, 2001; SELIGSON, 2002). Além disso, são focos de análise as variáveis relacionadas aos índices de confiança institucional e as medidas democráticas formais e efetivas.

Por meio da literatura, compreendemos que a própria variável dependente de nível um poderia ser transposta para o nível dois e utilizada como independente, como Inglehart & Welzel (2005), fizeram em *Modernization, Cultural Change, and Democracy*. Portanto, ao avaliarmos a média de tolerância aos homossexuais candidatarem-se a cargos públicos, identificamos que o primeiro ano cuja variável havia sido aplicada em todos os países da América Latina utilizados, foi 2008/2009. A partir da média de tolerância criamos a variável Medida de Tolerância de nível 2 (código: MedToler), cuja escala varia de 1 a 10, sendo 1 mais intolerante e 10 mais tolerante, e a inserimos no banco de nível dois.

---

democracia (MISHLER & ROSE, 2001; SELIGSON, 2002). A confiança nas instituições é tomada como uma variável fundamental para o funcionamento efetivo desta forma de governo. A segunda abordagem, pode ser compreendida como comunitarista. Nesta abordagem valores, crenças e atitudes que fortalecem os compromissos sociais e a lealdade dos cidadãos com a sua comunidade teriam mais poder explicativo sobre a democracia do que a confiança institucional (PUTNAM, 1996; 2000). Portanto, a participação voluntária em associações e a confiança interpessoal seriam as variáveis mais relevantes para explicar a dinâmica institucional democrática. Por fim, a abordagem do desenvolvimento humano, que enfatiza os valores de autoexpressão como aqueles que realmente conduziram ao estabelecimento e ao fortalecimento de democracias (INGLEHART, 2001; INGLEHART & WELZEL, 2005). A disseminação de valores que conduzem à aspiração por mais liberdade, à luta pelo estabelecimento ou aprofundamento dos direitos civis e políticos teria uma grande capacidade explicativa sobre o processo de democratização, de acordo com os partidários desta corrente.

Além dessa variável, adaptamos o Índice de Valores Emancipatórios (IVE)<sup>14</sup>, medida elaborada por Welzel (2013). De acordo com o autor, o desenvolvimento dos países tende a levar ao aumento da liberdade individual. À medida que as pessoas são livres para agir conforme as suas escolhas e motivadas para tal, buscariam transformar estas liberdades em garantias legais, levando ao aprofundamento da democracia. Esse processo poderia ser mensurado pelo índice de valores emancipatórios (IVE), que funcionaria como um instrumento de para entender a relação entre desenvolvimento, mudança valorativa e democratização. Esta medida é referente ao ano de 2012 e varia de 1 a 10, conforme descrito no capítulo metodológico.

As duas medidas criadas (MedToler e IVE) foram analisadas em diferentes modelos, entretanto são apresentadas na mesma tabela 8, pois a pretensão era observar separadamente a interferência dessas variáveis nos modelos que testam os efeitos da mudança legislativa, em relação a variável TNaH, e depois compará-los. A primeira informação pertinente sobre os modelos, é de que apenas a medida de tolerância apresenta significância estatística, portanto, na sequência discutiremos mais pormenorizadamente os resultados do modelo que contém a variável MedToler. Além da inserção das variáveis citadas, utilizamos o desemprego como proxy da situação econômica dos países.

Tabela 8- Análise das medidas prévias de cultura política, MedToler e IVE

<i>Predictors</i>	<b>TolerHomo</b>	
	<b>MODELO1</b>	<b>MODELO2</b>
(Intercept)	1.30	2.00
Católica	-1.03 ***	-1.03 ***
Protestante	-0.66 ***	-0.66 ***
Outras	-0.19 *	-0.20 *
AtRelig	-0.21 ***	-0.21 ***
IntRelig	-0.28 ***	-0.28 ***
Dem	0.20 ***	0.20 ***
ConfInt	0.24 ***	0.24 ***
Ed sup	0.97 ***	0.97 ***
Idade	-0.02 ***	-0.02 ***
Sexo	0.52 ***	0.52 ***

<sup>14</sup> Foi necessário utilizar uma medida adaptada, pois a medida original que existe em bancos como WVS não contempla todos os países que abordamos na tese.

TNaH	0.12	0.67
MedToler(2008/09)	0.76 **	
Desemprego	-0.01	-0.04
IVE2012		0.52
<b>Random Effects</b>		
$\sigma^2$	8.82	8.82
T00 pais	0.46	0.77
ICC	0.05	0.08
N <sub>pais</sub>	18	18
Observations	21531	21531
Marginal R <sup>2</sup> / Conditional R <sup>2</sup>	0.203 / 0.241	0.172 / 0.233

Fonte: Autora, 2022

Os resultados desse modelo mostram que com a inserção da medida prévia de tolerância agregada (MedToler), o efeito da variável que mensura a mudança na legislação (TNaH) desaparece, ou seja, o que parecia ser efeito da mudança legislativa, após a inclusão desse controle perde significância estatística.

Para tornar esse resultado ainda mais evidente, realizamos um teste de regressão simples, tendo como variável dependente a TNaH, e como independente a Medida de Tolerância, bem como, uma tabela descritiva, para mostrar a interação entre as duas medidas (mudança de legislação e medida de tolerância prévia).

A variável Tolerância Nacional aos Homossexuais (TNaH) é composta por apenas 3 categorias, sendo 0 os países que não possuem nenhum direito em relação aos homossexuais, 1 aqueles onde os homossexuais possuem direito ao casamento e 2 os países onde os homossexuais podem se casar e adotar crianças<sup>15</sup>. Como demonstramos no item supramencionado, existe pouca variação entre os 18 países que analisamos, pois a maioria possui pontuação 0, três possuem pontuação 2 e apenas um país possui 1 ponto. Dito isso, nos interessa estudar as tabelas 9 e 10 olhando para os quatro países com pontuações diferentes de 0, para então verificar se neles a média de tolerância é maior do que nos países com pontuação 0.

<sup>15</sup> Realizamos um esforço para tentar aumentar essa escala inserindo mais variáveis sobre o direito dos homossexuais, todavia esse exercício não gerou resultado, pois a variável inserida (descriminalização da homossexualidade) não variava entre os países, portanto gerava um aumento da escala, mas o resultado permanecia idêntico. Testes extras podem se encontrados [AQUI](#)

Tabela 9- Análise da medida de tolerância em relação a variável dependente Tolerância Nacional aos Homossexuais

MedToler (2008/09)	Predictors	TNaH Estimates
	(Intercept)	-0.00 ***
3.27	República Dominicana	0.00 ***
3.51	El Salvador	-0.00 ***
3.53	Guatemala	0.00 ***
3.57	Paraguai	0.00 ***
4.15	Honduras	-0.00 ***
4.25	<b>Bolívia e Peru</b>	0.00 ***
4.32	Equador	0.00 ***
4.44	Venezuela	0.00 ***
4.45	Nicarágua	0.00 ***
4.74	Panamá	0.00 ***
5.09	Costa Rica	0.00 ***
5.17	México	1.00 ***
5.49	Chile	0.00 ***
5.77	Brasil	2.00 ***
6.94	Uruguai	2.00 ***
7.29	Argentina	2.00 ***
	Observations	28645
R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	2 / R <sup>2</sup> adjusted	1.000 / 1.000

\*  $p < 0.05$  \*\*  $p < 0.01$  \*\*\*  $p < 0.001$   
Fonte: Autora, 2022

Tabela 10- Análise descritiva da Tolerância Nacional aos homossexuais e da Medida de Tolerância prévia

	TNaH	MedToler (2008/09)
Haiti	0	2.27
República Dominicana	0	3.27
El Salvador	0	3.51
Guatemala	0	3.53
Paraguai	0	3.57
Honduras	0	4.15
<b>Bolívia e Peru</b>	0	4.25
Equador	0	4.32
Venezuela	0	4.44
Nicarágua	0	4.45
Panamá	0	4.74
Costa Rica	0	5.09
México	1	5.17
Chile	0	5.49
Brasil	2	5.77
Uruguai	2	6.94
Argentina	2	7.29

Fonte: Autora, 2022

Ao observar a tabela descritiva, percebe-se que são os países que possuíam as maiores médias de tolerância aos homossexuais em 2008/2009 que hoje possuem as legislações mais tolerantes em relação a essa minoria, com exceção do Chile que permanece com uma legislação sem direitos ao grupo. A mesma situação foi demonstrada através do teste de regressão, cuja elevação das médias de tolerância tende a causar uma elevação de 2 pontos na variável TNaH, ou seja, justamente as pontuações desses países.

Após refutar a H1, e confirmar a H2, isto é, ao incorporarmos na análise a dimensão temporal através da adição de medidas prévias de valores, verificamos que as mudanças liberalizantes são derivadas de um processo anterior de alterações nos

valores das populações dos países, ou seja, são manifestações legais do reconhecimento de liberdades individuais, passamos para as considerações finais

## 5. Considerações finais

O que nos propomos a fazer foi testar a hipótese ( $H_1$ ) de que a religião pode ser forte preditora de intolerância política aos homossexuais, especialmente dentre os religiosos na América Latina, mesmo em contextos liberalizantes sexualmente. Para cumprir os objetivos da tese a metodologia de pesquisa mais adequada foi a quantitativa, através de testes de regressões multiníveis, afinal era salutar importância considerar não apenas a opinião pública nos modelos, assim como os contextos nacionais. Para confirmar essa suposição, inicialmente identificamos que o Coeficiente de Correlação Intraclasse (ICC) apresenta 17,9% de variabilidade de tolerância que deve ser atribuído a fatores contextuais, isto é, confirmamos a relevância dos estudos de níveis cruzados.

Na sequência, testamos apenas as variáveis de nível individual, relacionadas a religião e as variáveis demográficas e, identificamos que o perfil mais tolerante para um cidadão latino-americano seria do sexo feminino, com alta escolaridade, jovem, atea e que, portanto, não consome os serviços religiosos. Posteriormente, realizamos o mesmo teste inserindo as variáveis de nível dois, quais sejam: Tolerância aos Homossexuais (TNaH) e Desemprego. Ambas apresentaram resultado estatisticamente significativo, sendo que quanto maior é o TNaH, isto é, quanto mais libertário é o contexto político aos direitos dos homossexuais, maior é tolerância. Esse resultado refutou nossa hipótese inicial, pois demonstra que o contexto aumenta a tolerância individual.

Na sequência, ao gerar a tabela com as interações, confirmamos que nossa hipótese deveria ser refutada, porque sempre em contextos com maior liberdade sexual os religiosos serão mais tolerantes, até mesmo os evangélicos que apresentaram os maiores índices de intolerância aos homossexuais. Apesar da hipótese inicial ter sido refutada, os resultados encontrados pareciam ser bastante



positivos, pois identificamos uma relação direta entre contextos com direitos mais liberais e a tolerância dos religiosos.

Buscando explicar esses resultados, partimos para o estudo de uma hipótese alternativa/dois (H<sub>2</sub>) que ao invés de utilizar a legislação, pautava-se na cultura política. Por isso incorporamos na análise a dimensão temporal através da adição de medidas prévias de valores, com o objetivo de verificar se as mudanças liberalizantes teriam sido derivadas de um processo anterior de alterações na cultura, ou seja, seriam manifestações legais do reconhecimento das liberdades individuais (WELZEL, 2013). Criamos duas medidas prévias de análise de cultura política, uma que foi nomeada como TolerHomo, pois trata-se de própria variável independente de tolerância aos homossexuais candidatarem-se a cargos públicos, transposta para o nível dois, referente ao ano de 2008/2009 e o Índice de Valores Emancipatórios (IVE) referente a 2012.

Após a realização dos testes descritos, confirmamos a hipótese dois, ou seja, a cultura política se altera e na sequência tem-se a mudança na legislação e, não o contrário. Sendo assim, a pesquisa que foi iniciada com uma hipótese que poderia ser classificada como "institucionalista", já que derivava a reação valorativa das mudanças legais, termina por concluir que é o processo longo e gradual de mudanças culturais que apresenta maior relevância na explicação da tolerância a esse grupo específico. A hipótese "culturalista", portanto, demonstrou ser forte candidata a explicar tanto os níveis de tolerância política aos homossexuais na região analisada, quanto o estabelecimento de garantias legais dos direitos dessa minoria e o efeito dessas garantias sobre o impacto negativo da religião.

## REFERÊNCIAS

NORRIS, Pippa, e RONALD, Inglehart. 2019. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. 1º ed. Cambridge University Press.  
<https://doi.org/10.1017/9781108595841>.

GIBSON, J. L. Enigmas of Intolerance: Fifty Years after Stouffer's Communism, Conformity, and Civil Liberties. **Perspectives on Politics**. Vol. 4, N.1, 2006

STOUFFER, Samuel A. **Communism, Conformity and Liberties: A Cross- Section of the Nation Speaks Its Mind**. Nova York: Doubleday, 1955

NUNN, C.; CROCKETT, H.; WILLIAMS, J. **Tolerance and Nonconformity**. San Francisco: Jossey-Bass, 1978.

SULLIVAN, J.; PIERESON, J.; MARCUS, G. **Political tolerance and american democracy**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

JELLEN, T. G., WILCOX, C., SMIDT, C. E. Biblical Literalism and Inerrancy: A Methodological Investigation. *Sociology of Religion*, 51(3), 307-313, 1990.  
DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/3711181>

BURDETTE, A. M.; ELLISON, C. G.; HILL, T. D. Conservative Protestantism and Tolerance toward Homosexuals: An Examination of Potential Mechanisms\*. **Sociological Inquiry**, v. 75, n. 2, p. 177–196, maio 2005.

NORRIS, Pippa, e RONALD, Inglehart. 2019. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. 1º ed. Cambridge University Press.  
DOI: <https://doi.org/10.1017/9781108595841>.

WELZEL, C. **Freedom Rising Human Empowerment and the Quest for Emancipation**. Cambridge University Press, 2013

WALD, Kenneth; HILL JR., Samuel; OWEN, Dennis. Political cohesion in churches. **Journal of Politics**, n.52.1990, p. 197-215.

LEEGE, D. C.; KELLSTEDT, L. A.; WALD, K. D. RELIGION AND POLITICS: A Report on Measures of Religiosity in the 1989 **NES Pilot Study**. p. 88, 1996.

STEENSLAND, B. et al. The Measure of American Religion: Toward Improving the State of the Art. **Social Forces**, v. 79, n. 1, p. 291 - 318, 2000.

GIBSON, J. L.; TEDIN, K. L. **The Etiology of Intolerance**. Paper delivered at the 1986 annual meeting of the Midwest Political Science Association. 1986.

SELIGSON, M., MORALES, D. E. M., RUSSO, G. A. Education, the wealth of nations, and political tolerance toward homosexuals: a multilevel analysis of 26 countries in the Americas. **OPINIÃO PÚBLICA**, vol. 25, nº 2, p. 234-257, 2019.

10º  
**COM**  
POLÍ  
TICA

“Discurso democrático e comportamento das elites políticas, da imprensa e da sociedade civil: desafios contemporâneos”

09 a 11  
de Maio  
de 2023

PATALAKH, Artem. Promotion of LGBTI rights overseas: an overview of EU and US experiences. **OBSERVARE** - JANUS.NET e-journal of International Relations. Vol. 8, n.2. November 2017 - April 2018.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, Cultural Change and Democracy: The human Development sequence**. new York: Cambridge University Press, 2005. p. 333